



**Conselho  
Nacional de  
Política Cultural**

**CÂMARA TÉMÁTICA  
COLEGIADOS SETORIAIS**

**24 DE FEVEREIRO DE 2026**

## **Ata da 3ª Reunião da Câmara Temática do CNPC de Retomada dos Colegiados Setoriais**

**Data:** 24 de fevereiro de 2026

**Horário:** 16h00 – 18h30

**Local:** Virtual via Microsoft Teams

### **Participantes:**

<b>Nome</b>	<b>Organização/Representação</b>
Andréa Terra	Representante da Fundação Casa de Rui Barbosa
Carmen Negrão	Conselheira (Sociedade Civil) / Coordenadora da CT
Daniel Balabram (Samam)	Coordenador-Geral CNPC
Diego da Silva Pinto Santoro	Chefe de Divisão Colegiados Setoriais
Jaqueline Custódio	Conselheira (Sociedade Civil)
Lais Helena Custodio Rodrigues de Queiroz	Conselheira (Iphan/MinC)
Lenine Guevara	Coordenadora FUNARTE
Leonardo Lessa	Conselheiro FUNARTE
Lindivaldo Oliveira Leite Júnior	Secretário Executivo do CNPC
Luísa Abbott	Coordenadora Colegiados Setoriais
Lúcia Velloso	Representante da Fundação Casa de Rui Barbosa
Vinícius Prado Januzzi	Coordenador CNPC

## 1. Pauta da Reunião

1. Aprovação da Ata da 2ª Reunião Ordinária.
2. Informes sobre a Reunião Extraordinária do Pleno do CNPC.
3. Definição de número, formato e composição dos Colegiados Setoriais.
4. Debate sobre critérios de diversidade e representatividade (Ações Afirmativas).
5. Calendário e fluxo do processo eleitoral.

## 2. Deliberações e Debate Técnico Detalhado

### A. Expediente Inicial e Memória Institucional

- **Validação de Registro:** O Coordenador Vinícius Januzzi deu início aos trabalhos submetendo a ata da 2ª reunião (21 de janeiro de 2026) à aprovação dos presentes. Os conselheiros confirmaram o recebimento por e-mail, validaram o texto e autorizaram que o documento fosse encaminhado para publicação imediata no site do CNPC para garantir transparência e acesso público.
- **Urgência do Cronograma:** Vinícius Januzzi alertou que o atual mandato do Conselho se encerra oficialmente em 2 de abril de 2026, por força de prazos legais. Ressaltou-se que restava apenas uma reunião ordinária do pleno a ser realizada, o que impõe à Câmara Temática a necessidade de avançar com definições estruturantes de forma célere.
- **Articulação Política e Acolhimento:** Carmen Negrão expressou preocupação com as insatisfações da sociedade civil manifestadas na última reunião extraordinária do Pleno. Ela sugeriu que a Câmara trabalhasse com "inteligência política" para acolher as demandas e propôs uma reunião prévia de nivelamento entre a CT e o Pleno antes da votação final, visando construir consensos e evitar debates dispersos em instâncias que deveriam ser apenas deliberativas.
- **Representação Técnica:** Destacou-se a presença de representantes de entidades vinculadas, como a Casa Rui Barbosa e o Iphan, para auxiliar na discussão técnica sobre os setores que estão em processo avançado de mobilização.

### B. O Modelo Quantitativo dos Colegiados:

- **Histórico da Discussão:** Relembrou-se que, na reunião anterior, havia sido discutido um intervalo de 15 a 21 membros para os colegiados. Leonardo Lessa observou que, ao deixar esse critério em aberto para o Pleno do CNPC, a tendência natural seria a adoção do número máximo (21), uma vez que instâncias amplas tendem a priorizar a expansão da participação em detrimento da operacionalidade técnica imediata.
- **A Proposta de Número Único:** O Secretário Executivo Júnior defendeu a adoção de um número fixo para todos os colegiados, argumentando que uma orientação única oferece maior segurança institucional e evita disparidades entre as áreas setoriais neste momento de reinstituição. Ele sugeriu que 15 membros seria um número seguro e balizado em experiências anteriores.
- **Consenso pelos 18 Membros:** Leonardo Lessa (FUNARTE) apresentou uma contraproposta para o número fixo de **18 membros**. Ele argumentou que o número 18 é matematicamente mais eficiente para a divisão por terços e para a aplicação de percentuais de cotas. Pela proposta aprovada, a composição seria:

- **Poder Público:** 1/3 das cadeiras (6 membros), com a obrigatoriedade de vinculação direta a uma unidade do Sistema MinC que exerça a coordenação técnica.
- **Sociedade Civil:** 2/3 das cadeiras (12 membros), eleitos diretamente por seus pares.
- **Geografia da Representação:** Ficou pactuado que, das 12 vagas da sociedade civil, 10 devem ser obrigatoriamente distribuídas de forma paritária entre as macrorregiões, garantindo **dois representantes por região** (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste). As duas vagas remanescentes seriam ocupadas pelos candidatos mais votados nacionalmente, independentemente da região, para permitir que lideranças com votação expressiva não fiquem de fora do processo devido ao teto regional.

### C. Diversidade, Interseccionalidade e Cotas

- **Diferenciação entre Fomento e Representação:** Houve um debate profundo sobre a aplicação da Instrução Normativa nº 8 (IN 08/MinC). Enquanto Daniel Balabram resgatou os percentuais já estabelecidos pelo Ministério para ações afirmativas (25% para negros, 10% para indígenas e 5% para PCDs), Leonardo Lessa divergiu, afirmando que conselhos de participação social devem espelhar a demografia real da população brasileira (Censo IBGE) e não apenas as regras de indução de fomento.
- **Definição dos Marcadores para Colegiados e Pleno:** O grupo deliberou pela aplicação dos seguintes critérios de diversidade, que devem ser replicados tanto nos 21 Colegiados quanto no Pleno do CNPC:
  - **Gênero:** Mínimo de 50% de mulheres (metade mais uma das vagas). Carmen Negrão reforçou que o campo feminino ainda enfrenta dificuldades históricas de ocupação de espaços de poder, sendo o marcador de gênero indispensável para romper a hegemonia masculina.
  - **Raça e Etnia:** Mínimo de 50% de pessoas negras.
  - **Povos Indígenas:** Reserva de no mínimo 2 vagas (titular e suplente). Leonardo Lessa destacou que ter apenas uma vaga isola o representante, sendo necessário o par para garantir o apoio político interno.
  - **Pessoas com Deficiência (PCD):** Reserva de no mínimo 2 vagas (titular e suplente). Lenine Guevara enfatizou que a presença de PCDs deve ser garantida como representação de grupo social, diferenciando-se de especialistas em acessibilidade cultural que podem não ser pessoas com deficiência.
- **A "Ausência Marcada":** Diferentemente do que ocorre em editais de fomento, a Câmara ponderou que **não haverá, a priori, transferência de vagas entre cotas**. Se não houver candidatos indígenas ou PCDs suficientes para preencher as reservas, as vagas não serão repassadas à ampla concorrência; elas permanecerão vazias para que a ausência de representação daquele segmento fique politicamente visível e registrada na história do conselho. Esta discussão poderá ser retomada em reuniões futuras.

### D. A Engenharia do Processo Eleitoral Direto

- **Impedimento de Eleição Indireta:** Vinícius Januzzi informou que, conforme parecer da Consultoria Jurídica (CONJUR), o modelo histórico de colegiados

elegendo o Pleno é interpretado atualmente como eleição indireta, o que fere o princípio da eleição direta por pares previsto na Lei do SNC. Portanto, a eleição deve ocorrer de forma simultânea e nacional.

- **Dinâmica da Candidatura:** O candidato se inscreverá para o Colegiado Setorial e, no mesmo ato, para o Pleno do CNPC. No cadastro, deverá declarar obrigatoriamente seu segmento (ex: música, artes visuais), sua região e seus marcadores de diversidade (gênero, raça, etnia, deficiência). O sistema de votação fará o tratamento dos dados para selecionar os 18 membros do colegiado e os 2 representantes que assumirão a titularidade e suplência no Pleno nacional, sempre respeitando as notas de corte das cotas.
- **Comissão Eleitoral:** Foi acordada a criação de uma Comissão Eleitoral composta por representantes do conselho. Esta comissão será responsável por elaborar o edital (a ser publicado no Diário Oficial) e definir os critérios de comprovação de atuação setorial. Leonardo Lessa sugeriu que as unidades do MinC proponham à Comissão Eleitoral os critérios mínimos específicos para cada área (ex: dois anos de atuação comprovada em teatro) para validação final.
- **Mobilização e Capilaridade:** Carmen Negrão e Leonardo Lessa manifestaram preocupação quanto ao risco de os colegiados serem ocupados apenas por segmentos de elite ou centralizados no eixo Sul-Sudeste. Deliberou-se que é atribuição institucional das unidades do MinC e do CNPC realizar campanhas de mobilização que garantam a difusão da informação para além dos grupos já institucionalizados, alcançando a diversidade de "elos" dentro de cada setor (ex: do músico de orquestra ao artista de bar).

## E. Vinculação Estrutural e Áreas Técnicas

- **Unidades do Sistema MinC:** Cada colegiado deve estar vinculado a uma unidade administrativa que responderá pela secretaria executiva e acompanhamento das políticas setoriais.
- **Artes Técnicas:** Houve debate sobre a inclusão das áreas técnicas. Confirmou-se a aprovação de uma cadeira específica denominada "Áreas Técnicas de Arte e Cultura", que deverá ter colegiado próprio para evitar sobreposições ou a dispersão desses trabalhadores em outras linguagens artísticas.
- **Arquivos e Memória:** Lúcia, da Casa Rui Barbosa, celebrou a retomada do setorial de arquivos, destacando que a área sofreu descontinuidades administrativas e que o plano setorial de arquivos é inspiração para políticas de educação patrimonial e gestão pública.

## 3. Próximos Passos:

Ação	Responsável(is)	Prazo
<b>Sistematização da Proposta Final:</b> Redigir o modelo consolidado de 18 membros, com detalhamento dos	Coordenação do CNPC (Vinícius)	Imediato

<b>Ação</b>	<b>Responsável(is)</b>	<b>Prazo</b>
percentuais de cotas e distribuição regional (10 regionais + 2 nacionais) para apresentação ao Pleno.	Januzzi e Daniel Balabram)	
<b>Publicação da Ata da 2ª Reunião:</b> Enviar o documento aprovado para inserção imediata no site oficial do Conselho.	Equipe Técnica (Diego Santoro)	Imediato
<b>Resposta aos Questionamentos:</b> Consolidar as respostas técnicas às dúvidas enviadas pelos conselheiros via WhatsApp e e-mail.	Secretaria Executiva do CNPC	Até 10/03
<b>Articulação Institucional:</b> Definir formalmente as "famílias" de colegiados vinculadas a cada unidade do MinC (Funarte, Iphan, Ibram, SAV, SEFLI, Economia Criativa).	Daniel Samam e Unidades Vinculadas	Próxima Reunião
<b>Convocação da 4ª Reunião Ordinária:</b> Agendada para discussão de critérios de comprovação de atuação e regimento da Comissão Eleitoral.	Câmara Temática (Todos)	<b>10 de março de 2026, às 16h</b>